



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

22/04/2014 ATÉ 22/04/2014



INDÍCE

1	BLOG DO CLODOALDO CORRÊA	
	1.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	1
2	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	2.1 COMARCAS.....	2
3	BLOG DO NETO FERREIRA	
	3.1 COMARCAS.....	3
4	BLOG GILBERTO LEDA	
	4.1 TURMAS RECURSAIS.....	4
5	BLOG LUÍS CARDOSO	
	5.1 OBRAS / REFORMAS.....	5
6	IMIRANTE.COM	
	6.1 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	6
	6.2 TELEJUDICIÁRIO.....	7
7	O IMPARCIAL ONLINE	
	7.1 SELETIVOS.....	8 9
	7.2 VARAS CRIMINAIS.....	10
8	SEM ASSUNTO	
	8.1 AÇÕES TJMA.....	11
	8.2 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
	8.3 SEM ASSUNTO.....	13
	8.4 TURMAS RECURSAIS.....	14
9	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	9.1 DESEMBARGADORES.....	15
10	SITE IDIFUSORA	
	10.1 JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
	10.2 TURMAS RECURSAIS.....	17

Prazo para mais de 200 detentos encerra nesta segunda-feira

Com informações do TJMA

Na última semana, após reunião, uma portaria autorizou a saída temporária de 230 apenados para "visitar os familiares em comemoração à Semana Santa". O documento foi assinado pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís. A saída dos beneficiados ocorreu na manhã da última terça-feira (15). O retorno deve ocorrer até as 18h do dia 21 de abril.

O retorno dos beneficiados e eventuais alterações devem ser comunicados pelos dirigentes de estabelecimentos prisionais à 1ª VEP até às 12h do dia 28 de abril.

Durante o período do benefício, os internos contemplados com a saída temporária não podem se ausentar do Estado, ingerir bebida alcoólica, portar armas, frequentar festas, bares ou similares, devendo se recolher às suas residências até as 20h.

Os apenados cujos nomes constam da relação foram beneficiados com a saída temporária "se por outro motivo não estiverem presos", destaca o documento. "Muitos deles estão cumprindo pena no regime semiaberto, mas têm outros processos em curso. Se nesse ínterim sair um mandado de prisão por condenação nesses processos, eles não têm direito ao benefício", explica a titular da 1ª VEP.

As saídas temporárias têm base na Lei de Execuções Penais (artigos 122 a 125).

Renovação automática

Devido ao aumento de trabalho na Vara de Execuções Penais quando da concessão do benefício de saída temporária, as juízas Ana Maria Vieira e Sara Fernanda Gama editaram portaria em que determinam a renovação automática do benefício para os presos beneficiados com a saída no período do Natal e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido.

A exceção estabelecida no documento é para casos "de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no Art. 125 da Lei de Execução Penal". A renovação é válida, também, para a saída do Dia das Mães, cuja saída temporária compreende o período do dia 8 ao dia 14 de maio.

Segundo as magistradas, a renovação automática tem sustentação na jurisprudência, em especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Supremo Tribunal Federal.

Deputado Antônio Pereira prestigia a inauguração do Fórum de Buriticupu



O deputado Antônio Pereira (DEM) prestigiou a solenidade de inauguração do novo Fórum do Município de Buriticupu, projetado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA) para beneficiar cerca de 100 mil pessoas, incluindo a população de Bom Jesus das Selvas, Termo Judiciário da Comarca.

Acompanhavam Antônio Pereira o prefeito de Buriticupu, José Gomes, o vice-prefeito de Bom Jesus das Selvas, Abdala Filho, a juíza Francisca Galiza, o conselheiro Ronald Sarney, o presidente da Câmara de Buriticupu, vereador Eli Josélio, e o comandante da Polícia Militar de Buriticupu, Major Jonilson Diniz.

Antônio Pereira destacou a importância fórum de Buriticupu para a população, que será beneficiada com mais celeridade na tramitação dos processos. "Todos estão de parabéns, especialmente a presidente do TJ, Cleonice Freire, a vice-presidenta, Anildes Cruz, e a corregedora geral, Nelma Sarney", disse.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, conduziu a solenidade e destacou o empenho da presidenta Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, para concluir as obras do Fórum e entregá-lo para a população dos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

O diretor do Fórum, juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, ressaltou a importância das novas instalações para os jurisdicionados, e lembrou que a iniciativa teve a participação do desembargador José Bernardo Rodrigues, que viabilizou a disponibilização do terreno onde foi erguido o Fórum pelo Incra.

O NOVO FÓRUM

A Assessoria o TJ/MA informou que as obras do Fórum foram executadas com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), e custaram cerca de R\$ 1,5 milhão. O prédio do Fórum fica localizado na Rua Deputado Vila Nova, Bairro Terra Bela, em local de fácil acesso.

O novo Fórum tem área construída de 882 m², com espaço para o funcionamento de dois gabinetes, salão do júri com capacidade para 110 pessoas, salas de audiência, um moderno centro de processamento de dados, espaços para serviços de apoio, banheiros adaptados para pessoas com deficiência e outras.

Zé Gomes e Antônio Pereira prestigia a inauguração do Fórum de Buriticupu



O deputado Antônio Pereira (DEM) prestigiou a solenidade de inauguração do novo Fórum do Município de Buriticupu, projetado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA) para beneficiar cerca de 100 mil pessoas, incluindo a população de Bom Jesus das Selvas, Termo Judiciário da Comarca.

Acompanhavam Antônio Pereira o prefeito de Buriticupu, José Gomes, o vice-prefeito de Bom Jesus das Selvas, Abdala Filho, a juíza Francisca Galiza, o conselheiro Ronald Sarney, o presidente da Câmara de Buriticupu, vereador Eli Josélio, e o comandante da Polícia Militar de Buriticupu, Major Jonilson Diniz.

Antônio Pereira destacou a importância do fórum de Buriticupu para a população, que será beneficiada com mais celeridade na tramitação dos processos. "Todos estão de parabéns, especialmente a presidente do TJ, Cleonice Freire, a vice-presidenta, Anildes Cruz, e a corregedora geral, Nelma Sarney", disse.

Tribunal de Justiça diminui tempo de julgamento nas turmas recursais

As Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - que julgam recursos em processos de juizados especiais - diminuiram significativamente o tempo para julgamento dos recursos. Somente a Turma Recursal de São Luís está julgando cerca de dois mil processos por mês, praticamente a mesma quantidade mensal recebida.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pinheiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

Segundo o presidente da Turma Recursal de São Luís, Marco Antonio Neto Teixeira, de agosto a dezembro de 2013 foram julgados cerca de sete mil recursos antigos, além de liquidados outros oito mil que dependiam de atos processuais, o que diminuiu consideravelmente o acervo da Turma, que era superior a 20 mil recursos.

"Até o final de março julgaremos todos os processos de 2011, ficando apenas com processos dos anos de 2012 em diante", informa.

De acordo com o magistrado, a demanda de processos recebidos pela Turma não sofreu diminuição relevante, mas a nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados.

(As informações são do TJMA)

Município de Buriticupu ganha novo Fórum de justiça



O deputado Antônio Pereira (DEM) prestigiou a solenidade de inauguração do novo Fórum do Município de Buriticupu, projetado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA) para beneficiar cerca de 100 mil pessoas, incluindo a população de Bom Jesus das Selvas, Termo Judiciário da Comarca.

Acompanhavam Antônio Pereira o prefeito de Buriticupu, José Gomes, o vice-prefeito de Bom Jesus das Selvas, Abdala Filho, a juíza Francisca Galiza, o conselheiro Ronald Sarney, o presidente da Câmara de Buriticupu, vereador Eli Josélio, e o comandante da Polícia Militar de Buriticupu, Major Jonilson Diniz.

Antônio Pereira destacou a importância fórum de Buriticupu para a população, que será beneficiada com mais celeridade na tramitação dos processos. "Todos estão de parabéns, especialmente a presidente do TJ, Cleonice Freire, a vice-presidenta, Anildes Cruz, e a corregedora geral, Nelma Sarney", disse.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, conduziu a solenidade e destacou o empenho da presidenta Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, para concluir as obras do Fórum e entregá-lo para a população dos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

O diretor do Fórum, juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, ressaltou a importância das novas instalações para os jurisdicionados, e lembrou que a iniciativa teve a participação do desembargador José Bernardo Rodrigues, que viabilizou a disponibilização do terreno onde foi erguido o Fórum pelo INCRA.

O novo Fórum

A Assessoria o TJ/MA informou que as obras do Fórum foram executadas com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj), e custaram cerca de R\$ 1,5 milhão. O prédio do Fórum fica localizado na Rua Deputado Vila Nova, Bairro Terra Bela, em local de fácil acesso.

O novo Fórum tem área construída de 882 m², com espaço para o funcionamento de dois gabinetes, salão do júri com capacidade para 110 pessoas, salas de audiência, um moderno centro de processamento de dados, espaços para serviços de apoio, banheiros adaptados para pessoas com deficiência e outras.

TJ divulga balanço do plantão da Semana Santa

Imperatriz está entre as comarcas que tiveram processos de habeas corpus indeferidos.

Divulgação / Assessoria

22/04/2014 às 15h03

ImprimirEnviar por e-mail0 Comente esta matéria.

IMPERATRIZ - O plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 23 habeas corpus e um Agravo de Instrumento durante a Semana Santa, no período de 14 a 20 de abril. A desembargadora plantonista, Buna Magalhães, indeferiu 17 habeas corpus, oriundos de processos das comarcas de São Luís, Itaipuru-Mirim, Grajaú, Paço do Lumiar, Imperatriz e Santa Quitéria.

Seis habeas corpus foram despachados à distribuição, para apreciação pelos desembargadores relatores. O Agravo de Instrumento interposto no plantão, de processo com origem na comarca de Paço do Lumiar, foi deferido pela magistrada.

Plantão

No plantão de 2º grau são recebidas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Nos dias úteis, funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Leia outras notícias em imirante.globo.com. Siga, também, o Imirante no Twitter e curta nossa página no Facebook. Envie informações à Redação do Portal por WhatsApp pelo telefone (98) 9209 2383.

Centros de conciliação do TJ-MA agendam acordos por telefone e pela internet

O agendamento é feito pelo Telejudiciário (0800 707 1581).

Divulgação/ TJ-MA

21/04/2014 às 22h36

SÃO LUÍS - Quem deseja buscar um acordo em questões judiciais pode agendar audiência sem sair de casa. O agendamento é feito pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou em qualquer um dos centros de conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em funcionamento na capital.

O cidadão, empresa ou instituição que optar por fazer o agendamento pela internet, deve acessar o site www.tjma.jus.br e clicar no link "conciliação". O interessado será direcionado para a página que contém o formulário próprio do sistema Attende, onde deverá preencher todos os dados necessários à inclusão do seu processo numa pauta de julgamento.

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação no Maranhão, explica que a manifestação antecipada das partes, com a pretensão de solucionar o conflito, aumenta a expectativa do alcance de acordos. "A conciliação é sempre possível e pode ser feita até mesmo nas situações em que as partes ainda não iniciaram um processo na Justiça", diz.

Além dos cinco centros de conciliação instalados na capital, outras sete unidades estão em funcionamento em Imperatriz (2), Balsas (1), Bacabal (2), Caxias (2).

Os dois primeiros Centros de Conciliação de São Luís - instalados no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e na Rua do Egito (Centro), respectivamente - registraram quase 1.500 audiências agendadas, 795 realizadas, com 546 acordos (70% do total), desde a implantação em novembro de 2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SELETIVOS
22/04/2014 - O IMPARCIAL ONLINE - NEGÓCIOS
POSITIVA
INSCRIÇÕES PARA ASSESSOR DE JUIZ SEGUEM EM CODÓ

Inscrições para Assessor de Juiz seguem em Codó

Prosseguem até o dia 5 de maio as inscrições para o cargo de Assessor de Juiz de Entrância Intermediária, em Codó. A vaga é para o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca, que tem como titular a juíza Gisele Ribeiro Rondon. A seleção pública está sendo publicada através de edital, e o cargo é de livre nomeação e exoneração. Para se inscrever o candidato deverá possuir, entre outros documentos, diploma devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

De acordo com o edital, a inscrição é gratuita e exclusivamente realizada via e-mail, devendo o candidato obrigatoriamente encaminhar até 18h00min do dia 05 de maio de 2014, para o e-mail juizcivcrim_cod@tjma.jus.br, os seguintes documentos: Cópia colorida de foto 3x4 atual; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do CPF; Cópia do Diploma de conclusão do curso de Direito ou, na sua falta, certidão da Instituição de Ensino Superior atestando que o candidato tenha finalizado o curso e colado grau. A carga horária é de 40 horas em regime de tempo integral.

Cabe ao assessor, entre outros, prestar assessoramento ao juiz em assuntos relativos à prestação jurisdicional, bem como elaborar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, para serem utilizadas no trabalho sentencial. Deverá, ainda, manter atualizados os registros sintéticos referentes a temas jurídicos de utilidade para o desempenho da função jurisdicional. Outra função do Assessor de Juiz é atuar como conciliador em audiências de rito sumaríssimo, bem como elaborar despachos, minutas de decisões interlocutórias e de Sentenças.

Etapas - A primeira etapa da seleção será realizada na data 09 de maio de 2014 na Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), localizada no Rua das Sucupiras, Qd. 49, nº 27, Jardim Renascença, São Luís (MA), das 15h00min às 17h00min, consistindo em duas provas: uma objetiva e outra subjetiva. A segunda etapa consistirá em análise de currículos. De acordo com Gisele Rondon, o resultado será publicado no site da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria Judicial do Juizado Especial Cível e Especial Criminal da Comarca de Codó no telefone (99) 3661-1858. As informações serão repassadas aos candidatos por e-mail. Nenhuma informação sobre resultado será repassada por telefone, mas publicada no site da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

Abaixo, em Arquivos Publicados, o edital sobre a seleção para Assessor de Juiz.

Audiência pública vai debater violência urbana

Acontece nesta quarta-feira, 23, às 19 horas, no auditório da OAB em Imperatriz, audiência pública que vai debater a questão da violência urbana no município. Promovida pelo Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias Criminais da comarca, a audiência contará com a participação de representantes do Judiciário, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Prefeitura de Imperatriz e da sociedade civil organizada.

Titular da 6ª Promotoria Criminal, a promotora de justiça Uiuara de Melo Medeiros, que atua no Tribunal do Júri, informou que o objetivo principal da reunião é estimular a sociedade, em conjunto com as instituições públicas, a buscar saídas para conter o crescente índice de criminalidade em Imperatriz. "Queremos a contribuição de todos para, juntos, encontrarmos soluções para frear a banalização da violência que estamos observando", afirmou.

A representante do Ministério Público explicou que, na audiência, os participantes ao se manifestarem deverão apresentar as propostas para o enfrentamento da violência. Ao final, as sugestões apresentadas serão votadas e aprovadas. "O que for decidido será encaminhado para os órgãos responsáveis", garantiu a promotora Uiuara Medeiros.

RECOMENDAÇÃO

Diante do elevado número de crimes violentos em Imperatriz, o Ministério Público encaminhou, no dia 7 de abril, Recomendação aos delegados de Polícia Civil, para que priorizem a tramitação dos inquéritos que investigam homicídios, atendendo, inclusive, à Instrução Normativa da Delegacia Geral.

TJMA divulga balanço do plantão da Semana Santa

O TJ recebeu 23 habeas corpus e um Agravo de Instrumento durante o período

22/04/2014 20h00 - Atualizado em 22/04/2014 16h20

O plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 23 habeas corpus e um Agravo de Instrumento durante a Semana Santa, no período de 14 a 20 de abril.

A desembargadora plantonista, Buna Magalhães, indeferiu 17 habeas corpus, oriundos de processos das comarcas de São Luís, Itapecuru-Mirim, Grajaú, Paço do Lumiar, Imperatriz e Santa Quitéria.

Seis habeas corpus foram despachados à distribuição, para apreciação pelos desembargadores relatores. O Agravo de Instrumento interposto no plantão, de processo com origem na comarca de Paço do Lumiar, foi deferido pela magistrada.

PLANTÃO - No plantão de 2º grau são recebidas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Nos dias úteis, funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

TJ/MA

Tribunal de Justiça instala Centro de Conciliação em Timon Será o primeiro do município e o 14º implantado no estado

22/04/2014

Um novo Centro de Conciliação será instalado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no dia 25 deste mês, na comarca de Timon, a 432 km de São Luís. Será o primeiro do município e o 14º implantado pelo Poder Judiciário no Estado.

O Centro de Conciliação de Timon será coordenado pelo juiz Rogério Monteles e irá funcionar na Faculdade Maranhense São José dos Cocais (FSJ), por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a instituição de ensino.

Os termos foram acertados em reunião entre o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e representantes da faculdade.

Conforme a parceria, caberá à FSJ, por meio do núcleo de práticas jurídicas, selecionar conciliadores, entre estudantes da faculdade e pessoas da comunidade, além de disponibilizar a infraestrutura para funcionamento do Centro de Conciliação.

O TJMA é responsável por treinar os conciliadores, disponibilizar o sistema de agendamento de audiências e homologar judicial dos acordos que vierem a ser firmados no centro.

Com a instalação, o cidadão de Timon que desejar buscar um acordo antecipado para questões judiciais ou não, poderá agendar audiência presencialmente, pela internet ou por telefone, sem sair de casa.

Basta acessar o site www.tjma.jus.br e clicar no link "conciliação". O interessado será direcionado para a página que contém o formulário próprio, onde deverá preencher todos os dados necessários à inclusão do seu processo numa pauta de julgamento.

O juiz Alexandre Abreu destaca que os centros são voltados para o cidadão que busca o Judiciário para solucionar litígios. Mas, segundo o magistrado, há também empresas que demandam na Justiça, por isso o TJMA está mantendo parcerias com entidades como Associação Comercial e Industrial e Federação das Indústrias, para instalação de centros que atendam também essa demanda.

Os dois primeiros centros de conciliação de São Luís - instalados no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e na Rua do Egito (Centro), respectivamente - registraram quase 1.500 audiências agendadas, 795 realizadas, com 546 acordos (70% do total), desde a implantação em novembro de 2012 até janeiro deste ano.

Na capital, a população conta com unidades no Fórum Desembargador Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito) e FACAM.

No interior, há três centros em Imperatriz, sendo um para conciliação empresarial, Caxias (2), Bacabal (2) e Balsas (1).

TJ-MA

Caema abre concurso para 1.325 vagas
Os salários variam entre R\$ 724,00 e R\$ 2.649,58

21/04/2014 14h08

A Companhia de Água e Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) divulgou edital concurso público para 1.325 vagas para cargos de nível fundamental, médio e superior. Os salários variam entre R\$ 724,00 e R\$ 2.649,58.

O concurso é organizado pelo Instituto Brasileiro de Educação e Gestão (IBEG). Do total de vagas, 176 são para preenchimento imediato e 1.149 para cadastro de reserva. As jornadas são de 44 horas semanais. Os valores das inscrições, que já estão abertas e podem ser feitas até o dia 7 de maio deste ano, variam entre R\$ 45,00 e R\$ 80,00.

As provas serão realizadas no dia 15 de junho em nove municípios maranhenses. Os candidatos que concorrerem às vagas de nível fundamental terão que responder 30 questões objetivas (língua portuguesa e matemática). Já as provas de níveis médio (língua portuguesa, matemática e informática) e técnico (língua portuguesa, matemática, informática e conhecimentos específicos) terão 40 questões. As provas de nível superior (língua portuguesa, matemática, informática e conhecimentos específicos) exigirão também uma redação, com tema a ser proposto.

O candidato que necessitar de condições especiais, excluindo-se o atendimento domiciliar e hospitalar, deverá preencher o Requerimento de Condições Especiais para realização das provas e enviar no endereço eletrônico www.ibeg.org.br ou www.ibegconcursos.com.br até o dia 8 de maio deste ano.

Os candidatos dos cargos de nível fundamental que pretendem preencher as vagas de auxiliar de serviços e obras de saneamento terão que se submeter à prova de aptidão física. Os resultados do concurso serão disponibilizados, em data a ser divulgada no site www.ibeg.org.br ou www.ibgeconcursos.com.br.

Fonte: CAEMA

Tribunal de Justiça diminui tempo de julgamento nas turmas recursais

Em São Luís cerca de dois mil processos são julgados por mês

21/04/2014

TJ-MA As Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – que julgam recursos em processos de juizados especiais – diminuíram significativamente o tempo para julgamento dos recursos. Somente a Turma Recursal de São Luís está julgando cerca de dois mil processos por mês, praticamente a mesma quantidade mensal recebida.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pinheiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

Segundo o presidente da Turma Recursal de São Luís, Marco Antonio Neto Teixeira, de agosto a dezembro de 2013 foram julgados cerca de sete mil recursos antigos, além de liquidados outros oito mil que dependiam de atos processuais, o que diminuiu consideravelmente o acervo da Turma, que era superior a 20 mil recursos.

“Até o final de março julgaremos todos os processos de 2011, ficando apenas com processos dos anos de 2012 em diante”, informa.

De acordo com o magistrado, a demanda de processos recebidos pela Turma não sofreu diminuição relevante, mas a nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados.

BACABAL – O juiz Marcelo Moreira, da Turma Recursal de Bacabal, também avalia uma efetiva diminuição no tempo de julgamento dos recursos e o fim do envio de processos das comarcas do interior para São Luís.

Em Bacabal, os recursos que aguardavam anos estão sendo solucionados em um ou dois meses. “Isso demonstra uma efetividade da Lei 9.099/95, que foi criada para dar celeridade aos processos dos juizados especiais”, avalia.

Assessoria de Comunicação do TJMA

STF mantém aposentadoria compulsória de desembargador

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, negou liminar no Mandado de Segurança de autoria de um desembargador do Tribunal de Justiça do do Maranhão aposentado compulsoriamente. Segundo o ministro, não há urgência no pedido.

Lewandowski, que foi relator da ação, afirmou que o desembargador está aposentado desde 23 de setembro de 2013 e que a petição inicial foi distribuída somente em 19 de dezembro do mesmo ano, o que retira do caso a urgência para concessão de liminar sem que a outra parte seja ouvida.

“O próprio enredo da inicial não dispensa o exame acurado de inúmeras matérias desfiadas pelo impetrante ao longo de 37 páginas, o que torna indispensável a instalação do contraditório”, afirmou Lewandowski.

O desembargador Megbel Abdala Tanus Ferreira, do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi aposentado compulsoriamente por decisão do Conselho Nacional de Justiça em Processo Administrativo Disciplinar.

Segundo os autos, elementos colhidos durante a instrução do processo apontaram para a conivência de Ferreira com a tramitação irregular de um Mandado de Segurança impetrado por uma empresa de turismo contra o município de São Luís.

Ferreira argumentou que as acusações não foram demonstradas, havendo apenas “conjecturas e suspeitas”. Afirmou ainda que, na tramitação do processo no CNJ, anexou cópias de suas últimas declarações de imposto de renda para demonstrar “compatibilidade de sua renda com a evolução patrimonial”.

O ministro também usou como argumento o fato de ter indeferido liminar no Mandado de Segurança 28.838, impetrado no início do procedimento administrativo que resultou na aposentadoria de Ferreira. “Ora, se a liminar foi indeferida naquela fase embrionária, penso que ao final da apuração não haveria ambiente de urgência a autorizar a concessão de medida unilateral contra a Administração.” Com informações da assessoria de imprensa do STF.

MS 32.698

TJMA define nova área de abrangência de Juizados Especiais



Projeto de Resolução Administrativa aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) define nova área de abrangência de Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de São Luís.

O objetivo é ampliar a competência do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais para resolver problemas decorrentes do surgimento, modificação ou extinção de bairros da capital, que geram dúvidas entre magistrados, servidores, advogados e pessoas que procuram o Judiciário.

A norma trata de proposta de delimitação de área de abrangência dos juizados especiais e turmas recursais e da atribuição do Conselho de Supervisão dos Juizados para elaborar projeto de resolução administrativa, propondo alterações cabíveis, sempre que for necessário.

O projeto, que teve como relator o desembargador Cleones Cunha, alterou o inciso XIV do artigo 46 da Resolução GP-182013, que aprova o novo Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). A proposta relatada pelo desembargador Cleones Cunha.

Novas comarcas aceleram julgamento de recursos no Maranhão



Diminuiu o tempo para julgamento dos recursos em processos de juizados especiais de Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Os grupos foram reestruturados com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pinheiro) e a reformulação em São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

De agosto a dezembro de 2013 foram julgados cerca de sete mil recursos antigos, além de liquidados outros oito mil que dependiam de atos processuais, o que diminuiu consideravelmente o acervo da Turma, que era superior a 20 mil recursos. A informação é do presidente da Turma Recursal de São Luís, Marco Antonio Neto Teixeira.

Publicado em 21-04-2014 16:51:33.